

## #ForaPresidentes – O papel da comunicação nas mobilizações populares pró-deposição em 53 anos de história da política brasileira

Pablo Pinheiro Corrêa Leal & Rakel de Castro

Universidade CEUMA

E-mail: pabloleal0212@gmail.com / rakeldecastro@gmail.com

### Resumo

Em toda a história política brasileira, manifestações da opinião pública em momentos de crise foram marcadas por grandes mobilizações que crescem a cada novo processo de ruptura. Atos de defesa da democracia enquanto princípio legal garantido pela Constituição, passeatas pacíficas da juventude alegre e inconformada ou exercícios de cidadania definidos atualmente sob *hashtags* tomam conta dos grandes veículos de comunicação que noticiam – e classifi-

cam – o descontentamento popular organizado. O artigo apresentado trata da hipótese de agendamento da participação política da sociedade civil em levantes pró-deposição presidencial durante 53 anos de história da política brasileira (de João Goulart ao primeiro ano do mandato de Michel Temer). Metodologicamente elegeu-se o e-clipping como técnica de coleta de dados e a análise de discurso como mecanismo para tratamento desses dados.

Palavras-chave: participação; democracia; política; manifestações.

### Abstract

During the history of Brazilian politics, manifestations of the public opinion in moments of crisis have been marked by great mobilizations that get even greater at each process of rupture. Acts in defense of democracy as a legal principle guaranteed by the Law, peaceful walks of the joyful youth or demonstrations of citizenship defined nowadays by hashtags take place on mass media which publish – and

categorize – the civil anger. The following article sets the hypothesis of agenda setting upon public participation in protests pro-presidential deposition in 53 years of Brazilian politics (from João Goulart's presidential term of office to Michel Temer's). Methodologically, it was used electronic news clipping service as data collection technique and discourse analysis as data treatment device.

Keywords: participation; democracy; politics; protests.

---

Data de submissão: 31/05/2017. Data de aprovação: 30/06/2017.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



## Introdução

**A**S TOMADAS de decisões políticas, essencialmente no Brasil, por vezes têm sido acompanhadas por manifestações públicas de grande magnitude. Revoltas, “passeatas pacíficas”, protestos e “badernas” são apresentados pela mídia mainstream<sup>1</sup> como produtos essencialmente da opinião do povo diante de momentos de cisão da estrutura política do país. Os maiores atos ligados a viradas críticas do contexto nacional são propagados pela grande mídia como eventos espontaneamente organizados pela vontade popular. A presente investigação, no entanto, procurou analisar os acontecimentos de manifestação popular tematizados em torno de deposições presidenciais a partir da relação com a mídia, seguindo a questão “Como a comunicação de massa influenciou a participação cívica em levantes pró-deposição durante 53 anos de história política brasileira?” Para tentar responder a tal questão, lançou-se mão do conceito de participação política explorado por Rousiley Maia e Wilson Gomes (2011) e de João Correia (2014), e da concepção de democracia deliberativa presente em Jürgen Habermas (1997).

Para tanto, foram coletadas as matérias que antecederam e sucederam grandes manifestações em período de deposição dos presidentes: João Goulart (1964), Fernando Collor (1992), Dilma Roussef (2016) e Michel Temer (2017). Também foi feito um e-clipping das notícias veiculadas exatamente no dia destas manifestações de #ForaPresidentes. Uma vez coletadas, estas foram categorizadas a posteriori a fim de se proceder uma análise de discurso que transpassou a midiaticização desses movimentos.

### Da marcha da família com Deus pela liberdade ao Fora Temer

O ponto inicial deste estudo é a assim denominada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que ocorreu no dia 19 de março de 1964, em São Paulo. O ato nasceu como uma reação de grupos sociais conservadores ao comício do então presidente João Goulart na região da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o mandatário defendeu sua proposta de Reformas de Base; um conjunto de medidas nas áreas agrária, bancária, eleitoral, universitária e urbana que visavam a diminuição da desigualdade social e incluíam uma maior intervenção do Estado na economia. As Reformas atenderiam a interesses de lideranças nacionais de esquerda em meio a um cenário mundial de tensão bivalente entre capitalismo e comunismo que ressoava na política brasileira desde a renúncia do presidente Jânio Quadros. A iminência de uma revolução comunista pairava sobre o imaginário da classe média brasileira que rejeitava as políticas ditas “populistas” pós-industrialização e creditava cada vez mais apoio ao liberalismo conservador para a solução da crise econômica que assolava o país.

Em nome da “legalidade constitucional”, do liberalismo econômico e dos valores tradicionais cristãos, a Marcha reuniu cerca de 200 mil pessoas entre a Praça da República e a Praça da Sé, na capital paulista, que bradavam contra o governo e tudo que Goulart passou a representar; o populismo vigente e o caminho para o comunismo em seu caráter “totalitarista” e “ateu”. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu a ala católica da classe média urbana impulsionada por lideranças políticas de direita e pela elite empresarial, e movimentos femininos financiados

1. Termo usado por Henry Jenkins *et al.* (2014) para representar os grandes conglomerados de mídia.

pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES). A Marcha paulistana constituiu-se como o primeiro e mais emblemático ato de uma série de manifestações por todo o país que associaram o protesto contra o governo e contra os valores comunistas a reivindicações locais (Codato e Oliveira, 2004).

Os atos públicos serviram como uma espécie de legitimação<sup>2</sup> ao golpe de Estado proferido em 31 de março daquele mesmo ano que destituiria João Goulart de seu cargo e inauguraria o período de 20 anos de regime militar no Brasil.

O período militarista que se instaurou no Brasil de 1964 a 1985 correspondeu a uma época de forte repressão política e cerceamento de direitos. A redemocratização conquistada após duas décadas de ditadura representou um novo fôlego para o povo brasileiro. O sonho de um futuro melhor e livre do fantasma do antigo regime passou a ser depositado na nova Constituição federal, promulgada em 1988, e no primeiro presidente eleito por voto popular direto após os “anos de chumbo”. Fernando Affonso Collor de Mello era propagado pela mídia como herói nacional, o baluarte da esperança e da anticorrupção, o verdadeiro “caçador de marajás”.<sup>3</sup>

O Brasil passava por mais um período de crise econômica – a pior inflação da história do país até então. O governo de Collor teve início em março de 1990 e logo em princípio expôs a política radical que seria empregada para conter a forte recessão e estabilizar a moeda. O Plano Collor determinou a redução de gastos do governo, privatização de estatais, corte de subsídios para exportação e o confisco de uma considerável parcela de contas correntes e poupanças que excediam 50 mil cruzeiros. Segundo acervo do jornal Estado de S. Paulo de edições entre maio e junho de 1992, o teto dos valores confiscados teria sido escolhido de maneira arbitrária.

As políticas radicais e as denúncias contra Collor desencadearam ondas de descontentamento. Em 14 de agosto de 1992, Fernando Collor foi à televisão em pronunciamento “para rebater as denúncias de corrupção pelas quais estava sendo investigado e conclamar a população a sair às ruas vestindo verde e amarelo”, conforme nos conta o periódico paranaense *Gazeta do Povo*, em 18 de agosto de 2012. O presidente pretendia receber apoio do povo que o elegeu, porém testemunhou milhares de pessoas vestidas de preto no “início de um movimento popular pela derrubada do primeiro presidente eleito democraticamente após a ditadura militar”.

O movimento anti-governista ganhou contornos através da grande adesão de jovens secundaristas e universitários que viam naquele momento uma oportunidade de participação política. Os chamados Caras-Pintadas saíram às ruas com o rosto em verde e amarelo exigindo o primeiro Impeachment na história do Brasil de um presidente escolhido por voto popular direto. Os protestos “Fora Collor” alcançaram grandes proporções em todo o território nacional através da organização de lideranças estudantis e uma forte campanha empreendida pela mídia.

---

2. Com base em um enfoque aproximado, Bobbio (1998) define legitimidade como um atributo do Estado construído pela presença de um grau de consenso por parte significativa da população e que é capaz de assegurar a obediência sem haver a necessidade de uso da força.

3. Na campanha eleitoral de 1989, Fernando Collor se apresentou aos eleitores como “caçador de marajás” – apelido que deu aos funcionários públicos de salários elevados (Acervo O Globo, 1989).

Em 29 de setembro de 1992, o processo de impedimento do presidente da República teve abertura autorizada em sessão realizada na Câmara dos Deputados por 441 votos a 38. O Impeachment ganhou os noticiários como uma “vitória da democracia”<sup>4</sup> em clima de festa.

Mais de 20 anos depois do primeiro processo de impeachment da história, o Brasil iria às ruas novamente pedir pela deposição da primeira mulher comandante em chefe do país, Dilma Rousseff. O segundo impedimento por crime de responsabilidade resultou do mesmo terreno que sedimentou as bases para as duas últimas deposições: mais uma crise econômica.

Entre o fim da década de 90 e início dos anos 2010, o preço dos bens de consumo no mercado internacional experimentou significativo aumento devido à alta demanda por parte da China. Tal fenômeno contribuiu para um importante salto na economia brasileira, dependente da exportação de matérias-primas, e, por conseguinte, influenciou o crescimento da popularidade de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do país entre 2003 e 2010. Lula adotou um modelo econômico que favoreceu a distribuição de renda e fomentou o poder de consumo. Durante esse período, investimentos sociais e de infraestrutura foram expandidos, impostos foram cortados e mais de 40 milhões de brasileiros passaram da linha da pobreza para a “nova classe C”.

No entanto, a maré de “boa sorte” do Brasil não duraria muito tempo. A indústria brasileira não conseguiu competir com a entrada de importados que atendiam ao grande consumo e à forte demanda de produtos. Dentro do país, os preços começaram a subir em paralelo à desaceleração da China, em uma esfera de crise econômica mundial crescente. O governo não conseguia cobrir os gastos públicos e a dívida bruta<sup>5</sup> saltou de 51,2%, em 2014, para 66,2% do PIB em 2015, durante o segundo mandato de Dilma.

O cenário de instabilidade foi agravado pela aprovação das impopulares Medidas Provisórias 664 e 665. Como informa o periódico Carta Capital, em 30 de novembro de 2015, a implementação do pacote passou a dificultar o acesso a seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença e seguro-defeso pago aos pescadores nos períodos de proibição da sua atividade. O objetivo do governo era combater fraudes e cortar despesas da União, mas a ação foi recebida como um ataque aos direitos básicos do trabalhador. Ainda nessa época, os primeiros resultados da Operação Lava Jato tomavam os noticiários de forma mais contundente. Coordenada pela Polícia Federal, a operação era a maior investigação de esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro da história do país que envolvia entidades públicas e privadas.

As denúncias sobre poderosas redes criminosas as quais envolviam servidores públicos, grandes empresários e políticos abarcaram membros de quase todos os partidos políticos brasileiros, inclusive os principais partidos de oposição ao governo (PSDB e DEM) e o Partido dos Trabalhadores (PT) – da presidenta e de seu predecessor, além do PMDB – partido do então vice-presidente Michel Temer. O descontentamento com o governo que se negou a negociar a qualquer custo os rumos da nova crise (na voz de um dos deputados acusados na Lava Jato: estancar a sangria para se referir as denúncias sem fim sobre a classe política do país) e os demais resultados da Lava Jato

4. “Vitória da democracia – Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje” (1992, 30 de setembro). *Folha de S. Paulo*.

5. Campos, E. (2016, 29 de janeiro). Dívida bruta do governo chega a 66,2% do PIB e marca novo recorde. *Valor Econômico*. Recuperado de: [www.valor.com.br/brasil/4415954/divida-bruta-do-governo-chega-662-do-pib-e-marca-novo-recorde](http://www.valor.com.br/brasil/4415954/divida-bruta-do-governo-chega-662-do-pib-e-marca-novo-recorde)

fez com que a mídia conseguisse florescer na população o desejo de mudança. Como acontecera em 1964, a classe média canalizou via mídia mainstream a insatisfação da elite empresarial e de uma parcela partidária que fazia oposição ao “populismo” do PT. Depositava-se a esperança em uma política conservadora e nacionalista que fosse de contramão ao “assistencialismo” petista.

Dilma Rousseff tinha acabado de ser eleita para o seu segundo mandato, porém dois meses depois de sua posse em 2015, manifestações pelo Impeachment presidencial começaram a tomar as ruas, com apoio expresso e convites ao vivo da grande mídia. Entre março e abril daquele ano, mais de 2 milhões de pessoas haviam saído às ruas em apoio à Operação Lava Jato e em protesto contra o governo. As manifestações “Fora Dilma” e “Fora PT” (Partido dos Trabalhadores, ao qual Dilma é filiada) ocuparam as principais capitais da cidade sob organização dos movimentos Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online<sup>6</sup>. Além dos atos principais, outras regiões do país aderiram às manifestações que convocavam a população através da internet e do aplicativo Whatsapp<sup>7</sup>. A partir de estimativas da Polícia Federal e dos grupos organizadores, os protestos anti-Dilma são considerados os maiores da história do Brasil. Os participantes eram caracterizados pelas cores verde e amarela, identificavam-se com a orientação política de direita e rechaçavam qualquer tipo de manifestação “de esquerda”.

Após um longo ano de pressão popular e desdobramentos de investigações iniciadas pelas Lava Jato, o pedido de impeachment de Dilma Rousseff foi aceito pelo recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Dilma foi acusada de ter cometido “crimes de responsabilidade na condução financeira do governo”. O processo foi aprovado na Câmara por 367 votos a 137 e seguiu para o Senado, que aprovou, no dia 31 de agosto de 2016, o impedimento da presidente por 61 votos a 20. O impedimento da presidente “abriu caminho” para a efetivação de Michel Temer, até então vice de Dilma, na presidência da República. A posse de Temer acalmou os “ânimos” do mercado internacional que acompanhou de perto o desenrolar da crise que se instalara no Brasil. Com Temer no poder, empresários e investidores viam um bom futuro para a economia capitalista neoliberal, que finalmente começaria a se recuperar. Entretanto, em 1 ano de governo pós-Dilma, a instabilidade política se agravou com novas delações da Lava Jato.

Temer era acusado de fazer parte de uma conspiração contra o governo petista. A política econômica impopular para “restaurar a economia”, somada à aprovação de medidas conservadoras que garantiriam o apoio da base aliada, geraram altas porcentagens de desaprovação do governo considerado golpista. Os protestos mais expressivos contra o governo Temer e a favor da antecipação da escolha direta para presidente ocorreram em Brasília. Sob o nome “Ocupa Brasília”, o ato reuniu no dia 24 de maio a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e diversas centrais sindicais em uma marcha que ocuparia as ruas da capital federal até o prédio dos congressistas<sup>8</sup>. Os participantes protestavam contra a votação das reformas trabalhistas propostas por Temer e a favor do impeachment presidencial e das eleições diretas. A manifestação, no entanto, foi repri-

---

6. Martín, M. (2015, 15 de março). Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País*. Recuperado de: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527\\_427203.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html)

7. Mendonça, H. (2015, 9 de março). Manifestação das panelas surpreende e reacende polarização no país. *UOL Notícias*. Recuperado de: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425912098\\_442390.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425912098_442390.html)

8. Povo ocupa Brasília por “Diretas Já” e “Fora Temer” (2017, 24 de maio). Recuperado de: [www.pt.org.br/24-de-maio-povo-ocupa-brasilia-por-diretas-ja-e-fora-temer/](http://www.pt.org.br/24-de-maio-povo-ocupa-brasilia-por-diretas-ja-e-fora-temer/)

mida violentamente pela Polícia Militar na altura da Esplanada dos Ministérios. Bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, tiros de borracha e até o suposto uso de arma letal pela PM eram combatidos por pedras e rojões dos manifestantes. O verdadeiro clima de guerra atingiu seu ápice com a depredação do prédio do Ministério da Cultura e um incêndio no prédio do Ministério da Fazenda<sup>9</sup>. A manifestação chegou ao fim com um decreto presidencial que autorizava a intervenção das Forças Armadas para a “garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal”. A medida, considerada extrema, foi revogada pelo presidente no dia seguinte ao decreto mas foi considerada por muitos um crime de responsabilidade<sup>10</sup>.

### Sobre Democracia e Participação

O presente trabalho pretendeu fazer um recorte das manifestações populares aqui evidenciadas sob a perspectiva de democracia presente em Habermas (1997, v. II), que compreende três possibilidades de argumentação para o processo democrático – liberalismo, republicanismo e teoria do discurso. Do ponto de vista liberal, “o processo democrático se realiza exclusivamente na forma de compromissos de interesses”. Para o contexto republicano, a sociedade estrutura-se em si mesma enquanto sociedade política através da autodeterminação dos sujeitos privados. A vontade coletiva dos sujeitos privados produz efeitos sobre a própria comunidade. De acordo com esse ponto de vista, a democracia passa a ser entendida como sinônimo de auto-organização; a cidadania mostrar-se-ia eficaz em termos de coletividade.

Segundo a perspectiva da teoria do discurso, o entendimento de democracia não parte de uma cidadania que age coletivamente, mas da institucionalização de processos e pressupostos comunicacionais correspondentes a esse agir coletivo, assim como do “jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formaram de modo informal”. Dessa maneira, o conceito desvincula-se da interpretação de que o processo democrático emana de uma organização necessária e funcional de esfera pública política centrada no Estado.

Nas edições de 1964 do jornal O Globo, levantadas para este estudo, observa-se a associação entre certa noção democrática e a representação da Constituição<sup>11</sup>. Em texto de 18 de março de 1964, véspera da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, veicula-se um texto sob o título “Ademar pede a prefeitos paulistas memoriais em defesa da Constituição”. Segundo o artigo, o então governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, opositor ao então presidente da República, João Goulart, e apoiador da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, convoca autoridades políticas e lavradores do interior paulista a assinarem petições para manutenção de posse de terras, “em defesa da Constituição e das instituições democráticas” (O Globo, 1964, 18

9. Frederico, G. (2017, 24 de maio). Ato contra Temer em Brasília tem confronto: prédios da Esplanada são evacuados. Recuperado de: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/manifestantes-marcham-em-brasilia-pela-renuncia-de-temer-e-contra-reformas.ghtml>.

10. Aguiar, G. (2017, 25 de maio). Temer revoga decreto que autorizou Forças Armadas na Esplanada. G1. Recuperado de: <http://g1.globo.com/politica/noticia/governo-revoga-decreto-que-autorizou-atuacao-do-exercito-na-esplanada-dos-ministerios>.

11. “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte”, segundo introdução da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946, 18 de setembro).

de março: 5). Neste contexto, Ademar de Barros e seus aliados não representam o Estado, mas apoiadores da democracia e da legalidade constitucional contra a figura de João Goulart.



Figura 1. Ademar de Barros convoca prefeitos e trabalhadores rurais a se manifestarem em defesa da democracia (O Globo, 1964, 18 de março; 5).

Segundo a mesma edição, na página 6, na chamada intitulada “Apelo e Incentivo” do texto “Delegações de mais de quatrocentas cidades na Marcha da Família”, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que participou da organização da manifestação paulista, evoca a democracia como alegoria através de uma mensagem especificamente destinada às famílias dos empregados de indústrias. De acordo com o convite, “as esposas e mães dos homens que nasceram livres também não admitirão aqui o triunfo dos bárbaros vermelhos, inimigos de nosso Deus e de nossa família” (O Globo, 1964, 18 de março: 6). Aqui, a Federação é retratada como uma entidade salvaguarda das questões do povo contra o ideal (demonizado) comunista (vermelhos) e anti-cristão do então presidente da República, em observância a interesses relativos à atuação econômica privada em âmbito liberal.



Figura 2. Convocação da FIESP dedicada a familiares de empregados de indústrias (O Globo, 1964, 18 de março: 6)

Nos casos acima citados, o “respeito à democracia” é apresentado como instrumento de legitimação para o “incentivo” de representantes públicos e privados interessados na deposição de João Goulart, ao soergimento do povo contra a ameaça “vermelha”.

Para um entendimento mais aprofundado sobre democracia, recorre-se a noção de Norberto Bobbio (1998: 954) acerca do termo “política”. O autor define política como uma “atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado”. O autor explica que, por vezes, a “política” é sujeito, quando se trata de atos direcionados do Estado para o povo – como ordem e proibição, domínio, tirada ou transferência de recursos, ou legislação, por exemplo. Em outras ocasiões, a esfera da Política é colocada como objeto quando

se refere a casos como conquista, manutenção, defesa e ampliação. Em outro momento, o mesmo autor aprofunda a discussão sobre democracia no cenário contemporâneo ao apontar a extensão da democratização para além do que denominou de “corpos propriamente políticos” (2007: 155). Uma vez conquistado o direito à participação política, o cidadão das democracias mais avançadas percebeu que a esfera política está por sua vez incluída numa esfera muito mais ampla - a esfera da sociedade em seu conjunto – e que não existe decisão política que não esteja condicionada ou inclusive determinada por aquilo que acontece na sociedade civil (Bobbio, 2007: 156).

Nas edições de 1992 de O Globo levantadas para o presente trabalho, a noção de defesa da democracia como bem constitucional passa a ser substituída pelo entendimento comum de participação popular. Os jovens são celebrados em textos como símbolos da esperança e do engajamento cívico em assuntos referentes à política nacional. Em 21 de agosto de 1992, dia do acontecimento de uma das mais notáveis passeatas pró-*impeachment* de Collor, o jornal O Globo veicula o texto “Alunos fazem manifestação contra mensalidades altas” que relata a insatisfação de duzentos estudantes de medicina que “deixaram as salas de aula para protestar”.



Figura 3. Estudantes de medicina organizam manifestação contra o aumento das mensalidades (O Globo, 1992, 21 de agosto: 14).

Pauta-se, portanto, os levantes supostamente organizados de maneira espontânea por estudantes como representações materiais de participação política. O entendimento, ainda que vago, de participação, passa a pautar as manifestações posteriores, de 2015 e 2016, contra o governo de Dilma Rousseff, e de 2017, em protesto a Michel Temer.

Em edição de 16 de março de 2015, o periódico O Globo destaca a “volta dos protestos” em referência às passeatas que marcaram o processo de redemocratização brasileira pós-ditadura militar e aos protestos que exigiram a deposição de Fernando Collor. Na página 11, anexo A, o jornal abre uma seção especial centrada nos participantes das manifestações contra a então presidenta Dilma e o Partido dos Trabalhadores que tomaram diversas cidades do país no dia anterior, 15 de março<sup>12</sup>. Na página especial, declarações como “Estou aqui porque quero um Brasil melhor”, “Nunca tinha ido a uma manifestação na minha vida”, “Defendo a democracia”, “Participo porque

12. Esta data marca o dia de reabertura política, simbolizada pela posse de José Sarney como presidente da República, depois de mais de duas décadas de regime militar (Lourenço, 2015).



a Dilma está fazendo uma má administração” e “Viemos exercer nosso direito de nos manifestar” deram o tom de textos centrados nos personagens comuns que integraram os protestos nacionais.



Figura 4. Manifestantes contra Dilma Rousseff e contra o PT em 2015 estampam uma seção especial de O Globo, contando os motivos de participarem dos protestos. (O Globo, 2015, 16 de março; 11A).

O conceito de participação política em contexto de sociedade civil é explorado por Gomes, Maia e Marques (2011) que se apoiam no entendimento de esfera pública conceituado por Habermas (1997). As atividades vividas no dia a dia não são escolhidas livremente, mas em vez disso, resultam de sistemas funcionais organizados e moldados por forças políticas e econômicas de amplo escopo. Ademais, as determinações e os constrangimentos oriundos da esfera política e econômica são também essenciais para se entender o que a sociedade civil “é”. Não há nada inerente às associações cívicas que leve à pluralidade, à igualdade ou à participação política. As condições para a participação democrática são providas, em grande medida, por agentes e condições existentes fora da sociedade civil. O liberalismo constitucional sempre evidenciou que os estados precisam estruturar o terreno das diversas formas associativas. Influenciado por elementos da teoria da democracia deliberativa habermasiana, Correia (2014) trata do papel do jornalismo em reforçar o comprometimento cívico em assuntos da coletividade.

### Uma primeira incursão metodológica

Definiu-se como objeto de estudo a cobertura de grandes manifestações populares de caráter pró-depositivo e suas respectivas motivações, veiculadas pelo jornal O Globo entre 1964 e 2017. Foram levantados 1.030 itens através de *clipping* eletrônico do acervo digital do periódico supracitado durante intervalos de tempo relevantes à estruturação dessas manifestações. Os períodos de tempo analisados foram escolhidos com base na cobertura de eventos que influenciaram minimamente a estruturação das manifestações e compreenderam um intervalo que se estende até

a deposição do respectivo mandatário. Assim, foram levantados, de maneira prévia, textos relacionados aos presidentes João Goulart (1964), Fernando Collor de Mello (1992), Dilma Rousseff (2015; 2016) e Michel Temer (2017). Embora Michel Temer não tenha sido deposto do cargo presidencial, observou-se no início do ano de 2017, um grande ato pró-*impeachment* que supre o critério de investigação.

Para o material de 1964, relacionado à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foram selecionadas as edições de 18 de março, 19 de março e 20 de março, que marcam, respectivamente a véspera, o data do evento e o dia posterior à manifestação paulista que reuniu 200 mil pessoas. Analisa-se aqui o exemplar do dia 20 que apresenta como manchete a chamada para o texto “São Paulo de pé em defesa da democracia”.

“SÃO PAULO, 20 (O GLOBO) – São Paulo paralisou completamente suas atividades, ontem, para acompanhar a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’. A Concentração teve início na Praça da República, rumando para a Praça da Sé, com o acompanhamento de mais de 500 mil pessoas. Naquela praça (pequena para conter o povo), mais de 200 mil pessoas se concentraram para ouvir as mensagens de fé cristã em defesa das instituições democráticas. Nas ruas circunvizinhas, a massa popular se comprimia, tentando ganhar a Praça da Sé. Ao término da concentração, todas as ruas do centro da cidade ainda se mostravam completamente tomadas pelos que não conseguiram atingir o ponto de concentração. Além de delegações de todos os municípios paulistas, estiveram presentes representações de Minas (Belo Horizonte e interior), Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás (Goiânia), Paraná (Curitiba, Londrina, Mariano Procópio, Jacarezinho, etc), Estado do Rio, Alagoas, Santa Catarina, Rio e Bahia. Políticos militares e religiosos de todos os credos estiveram presentes. O Governador Ademar de Barros fez-se representar pela Primeira Dama do Estado, Dona Leonor Mendes de Barros”.

Como critério inicial de categorização, observou-se a sequência de enumeração de participantes e termos relacionados ao tamanho da manifestação (500 mil pessoas; mais de 200 mil pessoas; pequena para conter o povo; delegações de todos os municípios paulistas; representações de Minas... Santa Catarina, Rio e Bahia) bem como a presença de figuras que encabeçaram o sentido da manifestação (políticos militares e religiosos de todos os credos; fez-se representar pela Primeira Dama do Estado, Dona Leonor de Barros). Tal enquadramento revela a intenção de superlativizar a Marcha da Família como um movimento massivo; de adesão quase unânime. Interpreta-se a Marcha como um produto não-espontâneo, organizado por entidades políticas e sociais interessadas na deposição de João Goulart. O protesto aqui não se apresenta de acordo com a estruturação orientada pelo agir comunicativo habermasiano, mas antes uma manifestação de disputa de interesses que caracteriza, se não o paradigma baseado na teoria do discurso, uma possibilidade de argumentação democrática voltada para o liberalismo.

Na edição de 22 de agosto de 1992, do periódico O Globo, encabeçada pela manchete “Multi-dão de estudantes sai às ruas em passeata a favor do Impeachment”, observa-se a mesma investida de destacar o número de participantes da manifestação como forma de enfatizar a importância do acontecimento. Além disso, destaca-se a presença de jovens como personagens que dão o tom da passeata.

“Para a UNE, eles reeditaram a passeata dos 100 mil. Mais modesta, a PM contabilizou 30 mil pessoas. Divergências numéricas à parte, os estudantes pararam ontem o centro do Rio, ocupando

a Avenida Rio Branco pedindo o impeachment de Collor. De uniforme ou roupa preta, rostos pintados, cantando paródias de músicas populares com letras alteradas, eles começaram às 11h da manhã na Candelária uma manifestação que só acabou três horas e meia mais tarde na Cinelândia”.

No texto exposto, é possível observar a presença constante de indicativos numéricos (100 mil pessoas, 30 mil pessoas, divergências numéricas à parte, 11h da manhã, três horas e meia mais tarde) que se relacionam com o contingente, a extensão e a duração do protesto. Verifica-se a mesma intenção de superlativização da passeata que fora observada nos textos levantados de 1964, relativos à Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Além disso, a descrição dos manifestantes (estudantes, de uniforme ou roupa preta, rostos pintados) destacada em outros textos presentes na mesma página (“A revolta das mochilas”, “Pais e filhos vão lado a lado para a rua – Gerações já não vivem no conflito; protestam juntas”) define os contornos da participação popular na mobilização, assim como é observado na seção especial “Por que eu fui”, de edição de 2015 de O Globo.

Em relação a edições de 2015, traça-se aqui um paralelo entre os textos veiculados por O Globo em 14 de março – véspera de protestos nacionais contra Dilma Rousseff – e em 16 de março, dia posterior às manifestações a favor do *impeachment*. A edição do primeiro dia analisado trata das grandes mobilizações organizadas em São Paulo e em outras capitais do país por centrais sindicais, que contaram com a participação de manifestantes em defesa de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores. Caracterizados pela cor vermelha, os atos pacíficos em defesa da então presidenta estamparam a capa do periódico sob a manchete “Manifestantes pró-Dilma vão às ruas em 24 Estados”.

Ainda na primeira página, ao lado da imagem que ilustra o texto em destaque, observa-se a nota “Foi pelos R\$ 30” que apresenta uma pequena chamada para a página 3, “O imigrante Guiné Ismael Baldé, que não fala português, foi ao ato por R\$ 30 pagos pela CUT [Central Única dos Trabalhadores]”. Na página 3, a matéria é direcionada pelo título “Militante Remunerado – Imigrante recebe R\$ 30 para ir a ato”. O artigo principal, que aborda a mobilização em defesa da presidenta Dilma e do PT, é apresentado com o título “Manifestações pró-governo por todo o país”. A respeito de um dos critérios de categorização pretendidos pelas análises anteriores, verifica-se a enumeração dos participantes.

“Na antevéspera de manifestações contra o governo, atos em defesa da Petrobras, da democracia, da reforma política e pela manutenção de direitos trabalhistas reuniram ontem pelo menos 33 mil pessoas – de acordo com a Polícia Militar –, em 23 capitais e no Distrito Federal. Organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e por movimentos sociais, o protesto teve a maior adesão em São Paulo, onde 12 mil manifestantes percorreram a Avenida Paulista sob chuva. No Rio, o movimento ocupou ruas do Centro e somou cerca de mil pessoas, que pediram a preservação da democracia. Os atos foram pacíficos e não houve registro de incidentes ou momentos de tensão, como os que ocorreram nos protestos de junho de 2013. Os organizadores estimaram uma mobilização de 157 mil manifestantes. Além de sindicalistas e petroleiros, os atos ganharam corpo com a militância do PT e grupos pró-Dilma. Mas em algumas cidades houve o pagamento de ajuda de custo pelos sindicatos aos participantes”.

Aqui se observa a descrição numérica dos participantes (33 mil pessoas; 23 capitais e no Distrito Federal; 12 mil manifestantes; 157 mil manifestantes) que, ao contrário do caso observado

em outras manifestações noticiadas, não serve para enfatizar o tamanho da passeata. Antes, os indicadores de participação são desmentidos ao longo da reportagem que destaca a discordância entre o levantamento realizado pela Polícia Militar e os organizadores dos movimentos. Além disso, o periódico investe em uma deslegitimação dos protestos ao apontar pessoas que teriam sido pagas para participar do evento.

Em 16 de março de 2015, um dia depois dos atos anti-Dilma, o periódico dedica oito páginas e uma seção especial dedicadas à cobertura das manifestações a favor do *impeachment*. No artigo principal sob o título “Dois milhões nas ruas”, observa-se “As manifestações levaram ao menos dois milhões de pessoas às ruas, de acordo com estimativas oficiais, número que surpreendeu o governo. Na maior delas, em São Paulo, um milhão de pessoas tomaram a Avenida Paulista, segundo a Polícia Militar, no maior ato contra o governo. Todos os 26 Estados, além do Distrito Federal, foram palco dos protestos”. A partir do texto, verifica-se a enumeração (dois milhões; um milhão; 26 Estados, além do Distrito Federal) como método para destacar a importância do ato. Diante dos textos do dia 14 e 16 de março de 2015, é possível interpretar que a participação política é reduzida a um método de desempate dentro de uma competição – é mais “legítima” e “democrática” a passeata que tem um número maior de integrantes.

Em 25 de maio de 2017, data posterior à maior manifestação contra Michel Temer, o protesto é noticiado através das chamadas em primeira página, “Isolado, Temer usa Exército após depredações em Brasília”; “Ato de centrais acaba em vandalismo”; “Confrontos das ruas se repetem no Congresso” e “Presidente perde um assessor direto”, além de “Prevista na Constituição, ação é polêmica”, em referência à convocação de ação militar empreendida pelo presidente da República, Michel Temer, com o objetivo de conter o levante organizado por centrais sindicais em direção ao prédio do Congresso Nacional. Na página 3, encabeçada pelo artigo “Temer chama o Exército”, lê-se como o sub-item “CUT e Força [Sindical] criticam PM”. Segundo o texto:

“Em nota a CUT afirmou que o protesto reuniu 200 mil pessoas, e não as 35 mil informadas pela Secretaria de Segurança Pública do DF. Para a Força Sindical, o movimento reuniu 100 mil pessoas. As duas entidades se dividiram no que diz respeito às causas da confusão que tomou conta da Esplanada dos Ministérios. Mas ambas criticaram a atuação da Polícia Militar. A CUT nem sequer criticou o vandalismo e culpou a ‘falta de preparo’ do Estado para receber o protesto [...]” Neste caso, é observada a mesma tentativa de tornar confusos os dados de participação nos protestos, que se evidencia na cobertura de 14 de março de 2015 durante o anti-Dilma. Em conclusão, o último período do trecho analisado expõe o descaso para com o caráter reivindicatório da mobilização (nem sequer; falta de preparo).

### Considerações Finais

As grandes manifestações cívicas pró-deposição presidencial ao longo de 53 anos de história política brasileira são produtos midiáticos; organizados por entidades de representação popular, não necessariamente emanadas do povo para o povo. As “passeatas”, “atos pacíficos” e grandes “festas da cidadania” são calcados na organização de forças políticas e econômicas situadas acima da esfera da sociedade civil e que se mostram interessadas na movimentação das instâncias de poder.

A participação política é pautada pelos grandes veículos de comunicação e classificada deliberadamente conforme o momento que se apresenta. Trata-se aqui, não de uma participação popular espontaneamente organizada, mas de um agendamento da participação que obedece a uma estrutura funcional determinada pela relação entre forças coercitivas.

Essas foram algumas das considerações preliminares de um estudo que se apresenta em andamento. Diante da complexidade do objeto de estudo observada durante a catalogação de material relacionado ao interesse de investigação, foram assumidos fins para o presente trabalho que requerem um aprofundamento maior de pesquisa e um entendimento interdisciplinar coeso entre as diferentes áreas que pautam os elementos relevantes à estruturação e repercussão das manifestações cívicas #ForaPresidentes.

## Referências

- (2017, maio 28). Aposentado ferido por disparo de arma de fogo de PM no Ocupa Brasília passará por cirurgia. *Sul 21*. Disponível em <http://www.sul21.com.br/jornal/aposentado-ferido-por-disparo-de-arma-de-fogo-de-pm-no-ocupa-brasilia-passara-por-cirurgia/>. Acesso em 28 de maio de 2017.
- (2017, maio 17). Dono da JBS grava conversa com Michel Temer, diz O Globo. *G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/dono-da-jbs-grava-conversa-com-michel-temer-diz-o-globo.html>. Acesso em 17 de maio.
- (2016, março 13). Grupos anti-Dilma fazem maior protesto da história, de acordo com PM e Datafolha. *IG*. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-03-13/grupos-anti-dilma-fazem-maior-protesto-da-historia-de-acordo-com-pm-e-datafolha.html>. Acesso em 15 de junho de 2017.
- (1960, janeiro 1). Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano%20196&pesq=marcha%20da%20fam%C3%ADlia&gt](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=marcha%20da%20fam%C3%ADlia&gt). Acesso em 01 de setembro de 2017.
- Aguiar, G. (2017, maio 25). Temer revoga decreto que autorizou Forças Armadas na Esplanada. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-revoga-decreto-que-autorizou-atuacao-do-exercito-na-esplanada-dos-ministerios.ghtml>. Acesso em 23 de setembro de 2017.
- BRASIL (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 28 de maio de 2017.
- Codato, A. N. & Oliveira, M. (2004). A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Rev. Bras. Hist.*, 24(47), 271-302. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=en&nrm=isso&](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=en&nrm=isso&). Acesso em 20 de agosto de 2017.
- Garcia, G. (2016, maio 15). Entenda a crise econômica. *Agência Brasil*. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

- Garcia, G.; Calgaro, F.; Matoso, F.; Lis, L. & Rodrigues, M. (2016, agosto 31). Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. *GI*. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em 02 de outubro de 2017.
- Gomes, W.; Maia, R. & Marques, F. (2011). *Internet e participação política no Brasil* (pp. 47-91). Porto Alegre: Sulina.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Jenkins, H.; Green, J. & Ford, S. (2014). *Cultura da conexão*. São Paulo: Aleph.
- Macambira, T. (2017, maio 24). Temer cometeu crime de responsabilidade ao acionar Exército contra protesto, apontam juristas. *Carta Capital*. Disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/24/temer-comenteu-crime-de-responsabilidade-ao-acionar-exercito-contr-a-protesto-apontam-juristas/>. Acesso em 24 de maio de 2017.
- Marques, L. (2017, maio 22). 24 de maio: Povo ocupa Brasília por “Diretas Já” e “Fora Temer”. *Agência PT*. Disponível em [www.pt.org.br/24-de-maio-povo-ocupa-brasilia-por-diretas-ja-e-fora-temer](http://www.pt.org.br/24-de-maio-povo-ocupa-brasilia-por-diretas-ja-e-fora-temer). Acesso em 22 de setembro de 2017.
- Mendes, R. (2005). Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o 13 de Março das direitas. *Varia historia*, 21(33), 234-249. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/vh/v21n33/a12v21n33.pdf](http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n33/a12v21n33.pdf). Acesso em: 30 de agosto de 2017.
- Moser, S. & Gonçalves, A. (2012, agosto 18). Eles foram às ruas para derrubar o presidente. *Gazeta do Povo*. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eles-foram-as-ruas-para-derrubar-o-presidente-37ibojhxqj3sfgfptg605d8we&gt>. Acesso em 18 de junho de 2017.
- Rossi, C. (1992, setembro 30). Impeachment!. *Folha de São Paulo* Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_30set1992.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30set1992.htm). Acesso em: 21 de junho de 2017.